

As Sonoridades das Favelas: dos Agudos e Graves a Ausência de Som de Um Território Nada Silencioso

Shyrlei Rosendo¹

Resumo: As favelas cariocas, em geral, tem como elemento de destaque o som. Normalmente são lugares em que a dinâmica sonora é muito alta, além disso, se alterna a quantidade de sons produzidos. A favela escolhida para análise é a favela da Maré dada sua importância geográfica na cidade, e por ser uma das maiores favelas cariocas, com aproximadamente 130 mil habitantes distribuídos ao longo de 15 comunidades. Além disso, a Maré é hoje uma das favelas ocupada pelas forças militares. A indagação aqui colocada é se o “novo” agente muda os sons produzidos. Para tanto se fez um breve levantamento histórico de seu surgimento na Cidade a fim de compreender se a historia nos revelava a dinâmica de hoje existente nas favelas.

Palavras-Chave: Favela, Sonoridade das Favelas, Favela da Maré.

Os sons produzidos: das possíveis balbúrdias ao silêncio

“Pode-se ocupar fisicamente um habitat sem habitá-lo propriamente falando se não se dispõem dos meios tacitamente exigidos, a começar por certo habito.” (BOURDIEU, 2008, p.165).

Sabemos que analisar o fenômeno da favela através da arte (musica, literatura, cinema e etc.), não é uma tarefa nova. A título de exemplo, Lícia do Prado Valadares, no livro: "A invenção da Favela: do Mito de origem a favela.com" de 2008, nos informou que dentre tantos profissionais a descreveram a pobreza urbana estavam o da literatura. Toda via apresentar a dinâmica da favela a partir do diálogo com a música² que segundo Med (1996) é “a arte de combinar sons sucessivamente.”, também não é tarefa nova, mas ainda pouco explorada. Nesse sentido, fazemos um convite, a observações dos sons produzidos na favela.

¹ Mestranda pelo Programa de Pós-graduação em Educação (PPGEDU) na área políticas, história e cultura em educação. Orientadora Pós-Doutora Monica Peregrino.

² Ver mais em Teoria da música com Med, Bohumil 1996.

Pois, para nós é mais uma oportunidade de “abrimos” nossos ouvidos (SCHAFER, 1991) e nossos olhos para colher informações sobre as sociabilidades e dinâmicas produzidas. Na favela o som se **destaca** e desejamos entender porque ele se destaca.

Sintonizando o aparelho sonoro

O estudo da música é constituído de muitos aspectos que vão desde a audição, execução, escrita, leitura, produção de sons, o silêncio, a improvisação, a composição, instrumentos, sons naturais e artificiais passando pelos ritmos etc. Aqui utilizaremos para dar uma visão geral **a partitura**³. Entende-se por partitura uma forma de escrita gráfica utilizada para ler e escrever uma determinada música. Essa forma de escrita tem por objetivo reproduzir um determinado som, que pode ser tocado ou cantado. Uma partitura musical é constituída por notas que são os sinais gráficos que para nós seriam as letras ou as palavras que utilizamos para expressar um pensamento.

Outro aspecto utilizado pela música são os parâmetros sonoros que funcionam como uma espécie de “guia”, “catálogo”, que classificam e organizam os sons produzidos. Ele é constituído de altura (grave e agudo) intensidade (forte ou fraco), densidade (quantidade de fontes sonoras), duração (curto ou longo), além disso, analisa outros aspectos como os sons humanos, qualidades de instrumentos musicais, sons da natureza de animais, vento, chuva, ou os produzidos pelo homem e seus instrumentos tecnológicos. Todavia, neste trabalho utilizaremos alguns elementos dos parâmetros sonoros, tais como; altura, duração, intensidade e densidade e chamaremos a atenção para o silêncio que não é ausência de som. Estaremos analisando a dinâmica do território através dos sons e silêncios e não os estilos musicais que são produzidos por elas.

O primeiro parâmetro é o de **altura** que também é conhecido como tom, estes tons indicam a frequência sonora e podem ser **grave** ou **agudo**, onde o grave (baixa frequência) é uma espécie de “som baixo” e o agudo (alta frequência) “som alto”. A **intensidade se refere** à magnitude das vibrações que determina a força de quem a produz, ou o grau de volume sonoro, pode ser forte ou fraco (muita força na produção ou pouca força na produção). No Baile Funk⁴, por exemplo, os sons se constituem graves e fortíssimos. A **duração** determina o

³ Partitura é uma escrita de música. Um instrumento padronizado mundialmente normalmente utilizado para ler uma música em qualquer língua, para isso basta saber ler as notas musicais e os sinais rítmicos.

⁴ - O som que é produzido no Baile Funk estremece as estruturas das casas, ou seja, as janelas balançam e em alguns casos até as portas. O mesmo acontece com os corpos de quem frequenta o espaço, sendo comum nos relatos de seus frequentadores de sentirem seu corpo estremecerem a sentirem sua frequência cardíaca alterar.

tempo de permanência ou existência de um som. Ela pode ser curta ou longa, a **densidade** determina a quantidade de fontes sonoras, por exemplo; podemos tocar uma nota aguda com apenas um violino ou a mesma nota aguda com cem violinos, faz peso, fica mais denso e pode ser executada forte ou fraca, dependendo da força que colocamos na intensidade. Outro exemplo, na feira da Teixeira Ribeiro, localizado em uma das favelas da Maré, encontra-se variados tipos de fontes sonoras, com intensidades variáveis e muita densidade de vozes, sons tecnológicos e fogos de artifícios que marcam o espaço. No silêncio encontramos a ausência de frequências capazes de ser percebido pelos ouvidos humanos, abaixo ou acima de sua capacidade, um apito de chamar cachorro não pode ser ouvido por uma pessoa, mas o som é de altíssima frequência. Quando um som é muito grave, como num baile funk, as paredes, o chão e as pessoas estremecem. Desta forma, percebe-se que as favelas são ricas em todos os parâmetros, tendo muito volume de som tais como; carros, pessoas, estouros, animais, armas, veículos, máquinas..., tem sons fortes e fracos, agudos e graves, longos e curtos, rápidos ou contínuos. Tudo isso forma uma grande partitura sonora, própria destes territórios.

Som regulado: vinil na vitrola da favela

Durante muito tempo tentou-se fazer do Rio de Janeiro a Paris dos trópicos, não a toa que o centro da cidade tem toda a sua arquitetura influenciada pelos grandes monumentos arquitetônicos da Europa, em especial Paris. Sendo assim, as favelas não caberiam na cidade moderna, mas ao mesmo tempo o Estado não poderia eliminar seus pobres. As favelas, assim como os quilombos e cortiços, surgem como uma alternativa de moradia para a população pobre, escravos libertos migrantes e imigrantes (Abreu, 1988). Toda via, salientamos que o Estado foi “corresponsável” pelo surgimento das favelas e mais, que elas, as favelas, **não** são fruto da ilegalidade como afirma Valladares:

É importante ressaltar o fenômeno da existência da favela como claramente anterior ao aparecimento da categorização favela, A ocupação do Morro da Providência de 1897”. Em 1898, o Morro de Santo Antonio também atesta um processo semelhante de favelização: de acordo com Abreu & Vaz (1991), soldados de um outro batalhão de volta da mesma campanha de Canudos, construíram barracos – com autorização dos chefes militares – no Morro do Santo Antonio, entre as ruas Evaristo da Veiga e Lavradio (2005, p. 26).

No entanto, os grupos dominantes da época, contando com o apoio da imprensa, criaram a imagem da favela enquanto o lugar da ilegalidade seja do uso da terra ou da sociabilidade, o reduto dos marginais e da ausência de higiene, fazendo dela o problema da cidade. Não à toa, várias foram as investidas por parte do Estado, inclusive com o uso da violência em eliminar as favelas, todavia eliminar as favelas significava eliminar a mão de

obra da cidade. Dessa forma os pobres foram, em grande parte, sendo expulsos para a Zona da Leopoldina e para Zona norte. Entretanto, o que nos cabe é apontar que historicamente foi se criando, graças à imprensa, a favela como o ruído da cidade, ruído esse constituído da marginalidade e da violência. Por isso, ainda hoje, mesmo que equivocadamente tanto o senso comum quanto parte da academia classifica a favela, como o local da ausência do Estado. O que discordamos e recorreremos a Farage (2012) para melhor explicar o que ocorre nas favelas:

O aparente “não-controle” do Estado sobre esses territórios dá-se pelo fato de utilizar formas distintas de controle, como a constituição de políticas públicas assistencialistas, a constituição de centros sociais ligados a políticos, a cooptação sobre lideranças comunitárias por parte do poder público e até mesmo o não controle do território possibilitando o domínio armado pelos grupos criminosos. Na prática, se apresenta como uma forma eficaz de manter os moradores sobre um determinado controle e de alimentar um forte esquema de corrupção, envolvendo desde os grupos criminosos armados até membros da política nacional e o tráfico internacional de drogas e armas (2012, p.56).

Ou seja, o aparente não controle, leva a caracterização da favela como ruído, da ausência do Estado perante as favelas, o que faz emergir no imaginário social estes espaços como o território da ausência do Estado. Isso implica no não reconhecimento das favelas como um dos territórios pertencentes à cidade, e da mesma forma, no não reconhecimento da sociabilidade e dos sons produzidos pelos moradores destes territórios, assim como no não reconhecimento destes personagens como sujeitos de direitos.

Toda via, é sempre bom recordar que os moradores de favelas são os protagonistas da presença da favela na cidade, eles produziram um som. Som este que aponta para a luta contra as remoções e pela garantia de direitos. No decorrer do século XX foi oferecido algumas alternativas de moradia para esta população como Parques Proletários de 1940 que tinha por objetivo “catequização civilizatória”, pois estes não eram vistos como cidadãos. Para residir neles os moradores tiveram que cumprir uma série de regras tais como; todos deviam ter uma carteira de identificação e apresentar na entrada do parque da mesma forma todos os ex-moradores de favelas tinham que ter um registro no posto de polícia. Porém, Getúlio Vargas (1930-1945), o populista, abriu exceções para as festas e eventos políticos a fim de estreitar os laços com essa população e manter o seu “curral eleitoral”. Entretanto a ideia dos parques não agradava os moradores que estavam nos morros, tanto que em 1945 cria-se no Pavão Pavãozinho, depois no Morro do Cantagalo e da Babilônia uma comissão de moradores com o objetivo de resistir à remoção. Mais tarde, essas comissões vão pautar junto ao poder públicos seus direito sociais. O Estado responde ao movimento político dos moradores com a criação

da Fundação Leão XIII e conta com a ajuda da Arquidiocese do Rio de Janeiro como intermediário da relação favelados e Estado. Com objetivos claros como menciona Burgos:

Ao invés do conflito político promete o diálogo e a compreensão; ao invés da luta pelo acesso a bens públicos, o assistencialismo; no lugar da crítica, a resignação; em vez do intelectual orgânico, a formação de lideranças tradicionais (2005, p. 29).

Com esta função a Fundação Leão XIII fica fazendo a mediação de 1947 e 1954 a atua em 34 favelas com uma atuação dúbia, que perpassa do assistencialismo provendo para estes espaços direitos básicos como; água, luz, esgoto e etc. e de outro o autoritarismo que ocorrem por meio da regulação do espaço e de seus moradores. O Estado acreditava que com a entrada da Fundação Leão XIII os moradores se desmobilizariam, porém o que a historia nos aponta é que as comunidades se articularam ainda mais para garantir seu espaço de moradia e suas lutas ganharam mais veemência.

Nos anos 1950 aproximam-se dessas lideranças comunitárias os partidos, os intelectuais e a classe média valorizando o seu capital cultural e contribuindo para que estes ampliassem seu contato na Cidade e saísse do controle do Estado e da Igreja. No final de 1950 a Igreja cria a Cruzada São Sebastião e o Governo Municipal cria o Serviço Especial de Recuperação das Favelas (SERFHA) que tem por objetivo resolver problemas estruturais das favelas.

O Estado acreditava que mantendo uma pauta permanente de direitos seria possível controlar as favelas. A Cruzada São Sebastião e o Estado trabalham juntos a fim de circundar as favelas, onde a Cruzada se coloca como uma das vozes desses moradores junto ao governo, exemplo disso foi à criação do Conjunto Habitacional no Leblon que tem o nome de Cruzada São Sebastião e a negociação junto ao governo a remoção de três favelas. Entretanto os movimentos sociais nas favelas estavam ganhando força e em 1957 eles criam a Coligação dos trabalhadores Favelados do Distrito Federal. Neste mesmo período o Estado e os setores conservadores da cidade percebem que a Igreja Católica não consegue “frear” os movimentos existentes nas favelas, tanto ela como a Fundação Leão XIII começa ser alvo de críticas como aponta Burgos “tanto a Fundação Leão XIII como a Cruzada São Sebastião contribuem para o aumento da ‘miserabilidade deliberada’ e desperdiçam dinheiro público sem dar soluções aos problemas” (2005, p. 31).

Com a criação do Estado da Guanabara o Serfha passa a fazer parte da Coordenação de Serviços Sociais do Estado. Um dos objetivos era capacitar moradores para que estes passassem a negociar diretamente com o governo e não depender de favores políticos. A

Serfha ajuda a fundar 75 associações de moradores. Em contrapartida, as associações são obrigadas a assinar um acordo com ela, ou seja, um acordo de “compadres”: em troca da urbanização das favelas tais lideranças deveriam prestar continência ao Estado. Assim como a Fundação Leão XIII, a Sefha tinha uma atuação ambígua, pois ao mesmo tempo em que tentava contribuir para organização dos moradores de modo que estes sujeitos pudessem negociar diretamente com o Governo, em troca ele também queria ter o controle dessas lideranças. Porém, o que viria depois seria pior, o Sefha se esvazia e conseqüentemente cria-se a empresa Companhia de Habitação Popular (COHAB) responsável por pautar a política pública de habitação. Em contrapartida, o movimento popular nas favelas vai ganhando força e em 1963, as favelas criam a Associação de Favelas do Estado da Guanabara (FAFEG). Porém o Estado não se cansa de exercer seu controle, e em 1963 a Fundação Leão XIII passa a ser vinculada ao Estado e agora era ela que deveria indicar e legitimar a diretoria das associações.

Se correr o bicho pega e se ficar o bicho come!

A partir da década de 1960, o Estado passa a atuar em duas vertentes, pois ao mesmo tempo em que ele urbaniza algumas favelas ele remove outras deslocando a população para os Conjuntos Habitacionais. Nesse momento a política do Estado vai ser: remoção e urbanização. Como exemplo, destacamos o Conjunto Habitacional Cidade de Deus que recebeu os moradores removidos do centro, mas o conjunto não tinha as condições adequadas de moradia o que deixava os moradores destes extremamente revoltados. As condições dos pobres eram: Se ficar no centro e na Zona Sul, eles são removidos, inclusive na base de violência. Se eles aderem à política de governo e vão para os Conjuntos, e lá não encontram as condições ideais e dignas para as suas sobrevivências e além deste fator têm que lidar com o problema da mobilidade.⁵

Em 1965 com a vitória de Negrão de Lima a Fundação Leão XIII passa a ter um papel mais incisivo nas favelas, ou seja, deixa-se de lado a cooptação para dar lugar ao autoritarismo. A conjuntura havia mudado e conseqüentemente o olhar sobre as favelas, passando de local onde habita “não cidadãos” para o lugar “refugio de criminosos”. Além disso, Negrão de Lima passa a reconhecer apenas as associações por comunidade, ou seja, a Fafeg perde seu espaço político. O exercício do controle que antes ficava a cargo da

⁵ Estamos apontando é que os pobres residentes dos conjuntos habitacionais deparavam com a questão do acesso ao transporte público, pois este não acompanhavam as estratégias de realocação dos pobres para outras áreas da Cidade. Saber mais ver Maurício de Abreu a Evolução Urbana do Rio de Janeiro.

Fundação, passaria a ser exercidas de dentro, as associações seriam responsáveis por ordenar o espaço e indicar as reformas necessárias no espaço e a reprimir as novas construções.

Como sabido o Estado atua de forma ambígua, pois ao mesmo tempo em que reprime tenta criar consenso, e o governador da época cumpre sua promessa de campanha feita a um grupo de intelectuais interessados nas questões urbanísticas da Cidade. Cria-se a Companhia de Desenvolvimento da Comunidade (Codesco) que dentre algumas metas uma era que os favelados tivessem a posse legal da terra, pois acreditavam que estes sujeitos deveriam ficar próximos ao local de trabalho e uma das formas de garantir isso era dando a posse da terra a eles. Três favelas foram selecionadas para execução do projeto, mas o projeto só se concretiza em duas Brás de Pina e Morro União. Até então as políticas, seja de remoção ou de urbanização ou de novas habitações, ocorriam na esfera municipal. Em 1968 o Governo Federal cria a Coordenação de Habitação de Interesse Social da Área Metropolitana do Rio de Janeiro (Chisam) que vai agir sobre o Estado que tinha por objetivo extinguir as favelas. O COHAB em parceria o Banco Nacional de Habitação (BNH) deu início a construção de conjuntos habitacionais e conseqüentemente as remoções. Em 1968 os moradores através da Fafeg reagem às políticas de remoção organizando um congresso. No congresso compareceram mais da metade das representações das favelas existente do Rio, e diante da proporção política do congresso o presidente da instituição, foi cassado e preso, morrendo logo depois. A ocasião leva a uma nova eleição e as diretorias das chapas concorrentes tiveram que passar pela triagem da Secretária de Segurança. A estratégia do governo foi fazer com que a Fafeg passasse a compô-lo destinando a ela “poder”, e a instituição deixou de ser “ilegal” para tornar-se assessora do governo para assuntos relacionados às favelas.

Nesse período, a relação entre o governo e as lideranças dos moradores das favelas era conflituosa, algumas dessas lideranças desapareceram e o sentimento era de impotência cabendo a algumas associações trabalhar para o governo, conseqüentemente promovendo remoções. Entretanto a Fafeg mesmo numa condição desfavorável, consegue organizar outro congresso e fazer frente às associações que trabalhavam para o governo.

Vários fatores vão contribuir para uma trégua às remoções, tais como: a péssima qualidade das casas, somados ao sentimento de revolta por terem sido removidos fez com que muitos desses moradores cometessem a inadimplência perante o BNH. Ou seja, se não pode resistir e lutar com as antigas ferramentas forja-se outras. Muito dos inadimplentes foram parar em casas de triagem. Além disso, o próprio BNH resolveu investir em outro público,

dos R\$350 milhões destinados à remoção, apenas R\$ 100 milhões foram usados para seu fim. O restante foi destinado para a classe média e a elite carioca proverem suas casas.

Apesar de toda resistência dos moradores de favelas até aqui, algumas bem sucedidas como a freada às remoções e a urbanização de algumas favelas, não podemos negar os efeitos da política de remoção e controle do Estado, visto que tais iniciativas acabaram contribuindo para desarticulação de alguns moradores. Se antes os pobres começavam a tatear sua identidade de “classe”, mesmo em territórios distantes geograficamente e tinham como uma das pautas o direito de permanecer nos seus territórios buscando direitos básicos, agora existe dois grupos distintos: os favelados, que lutam pelo direito de permanecer nas favelas e os moradores dos Conjuntos Habitacionais tentando garantir a qualidade dos serviços dessa forma de moradia.

A relação política com o Estado muda, abre-se espaço para práticas clientelistas de pequenos favores. A luta por direitos virou a luta por uma busca de “brechas” e melhorias a nível local e não dos territórios, ou seja, ao invés de se lutar para que todas as favelas tivessem seus direitos garantidos, cada favela começa a agir, isoladamente, pela busca do direito do seu lugar. Com o fim do regime militar e início do Estado democrático essa prática de “política de brechas⁶” não muda. Isso fica claro com o surgimento da Faferg, pois enquanto alguns grupos acreditavam que seu papel era de pressionar o Estado, outros acreditavam que seu papel era de articulador e conciliador entre Estado e favelados.

É neste contexto que Leonel de Moura Brizola torna-se em 1982 Governador do Rio de Janeiro e para as favelas destina uma agenda “social”, isto é levar serviços básicos de infraestrutura, iniciou o processo de regularização fundiária através do projeto “Cada Família um Lote”. Outro marco de Brizola está em pautar os direitos humanos para população favelada, isso se materializava em uma nova forma dos órgãos de segurança pública abordar essa população. Porém, em nenhum momento de seu mandato foi proposto que as associações de moradores das favelas, esses sujeitos, fossem incentivadas a autonomia política.

Se antes a complexidade estava entre Estado e Favela, agora teriam as favelas outro problema, os grupos criminosos armados, que despontaram nos anos 1980 e 1990 e passam a dominar as favelas de forma surpreendente. Isso não quer dizer que nunca tenham existidos

⁶ “Política de brechas” foi o termo cunhado para descrever as ações que cada favela ia tomar daqui pra frente. Ou seja, eles “abrem” mão lutar coletivamente pela garantia de direitos e passam a lutarem sozinhos, ou garantir o direitos apenas de sua favela.

grupos criminosos nas favelas, mas a inserção desses grupos até esse momento era outra, como alude Sousa:

Até a década de 1980, quando iniciou o processo ampliado de controle das favelas pelo tráfico de drogas, as **polícias mineiras** – grupos privados formados, em gerais por moradores – e/ou **banqueiros do bicho** assumem um papel de reguladores do poder em muitos territórios populares. Havia, nesse caso, um expressivo grau de legitimidade conferida pelo carisma ou pelo pretense interesse na **defesa da comunidade** contra eventuais crimes locais e passíveis inimigos externos. Havia uma intensa proteção ao patrimônio, o que conferia um grau de equilíbrio significativo na comunidade que possuía pessoas ou grupos naquela **função policial**. 'Nesse caso, eles preenchem, de forma plena, a definição de polícia acima apresentada' (2009, p. 75).

Ou seja, o poder bélico que os grupos criminosos possuíam, somados ao erro de leitura que os policiais fizeram da proposta que Leonel de Moura Brizola fez de garantir direitos humanos para os favelados. Isto é o favelado seria tratado como cidadão, logo não seria alvo de pancada dos policiais, o que não excluía que estes viessem a executar seu dever nas favelas que era de acabar com o tráfico de drogas. Mas o que os polícias fizeram foi “fechar” os olhos para as ações que os grupos criminosos armados desenvolviam nelas. Desta forma, o tráfico de drogas se impôs nas favelas e direitos básicos como o de ir e vir assegurados na Constituição de 1988 vai ser cerceado pelo tráfico. Eles definem quem transita quem organiza quem serão os presidentes das associações, ou seja, a ditadura do país aterrissou nas favelas cariocas.

Normalmente as políticas públicas do século XXI seguem a lógica dos séculos passados, remoções, higienizações e violência por parte do Estado. Para algumas lideranças a lógica é de não enfrentamento com o Estado, mas de uma ação de espera para o surgimento de oportunidades cedidas pelo poder público e criadas pelas lideranças comunitárias. Com isso não estamos afirmando que todos os sujeitos e grupos que constituem a favela deixaram de pressionar e enfrentar o Estado na busca de políticas públicas para esses territórios. Queremos chamar a atenção para outros tipos de sonoridades que vão aparecer também no século XXI, onde lideranças comunitárias e instituições locais e externas a elas atuam neste território sobre o eixo da negociação com o Estado. Clareando-nos um cenário onde as políticas públicas de hoje, nada mais tem sido do que uma “aparente” tentativa de silenciar os favelados e de culpar os pobres por serem pobres. Como diz Souza e Barbosa (2005), a favela pode existir desde que ela seja invisível e silenciosa.

Som regulado: vinil na vitrola da favela

Até os anos 1960 poderíamos dizer que a favela tinha uma partitura musical onde as notas, dominantes, foram agrupadas a fim de termos um som agudo, com uma densidade de longa duração e uma intensidade forte. A partitura que se formou deve-se a herança cultural deixada pelos negros quilombolas e a sua própria forma de resistência a escravatura, como as rodas que capoeira. Deve-se ao modelo arquitetônico das casas de cômodos onde alguns negros libertos foram residir, ou seja, quartos colados uns nos outros que tem em comum o banheiro e o lavatório que permitem a troca constante, além do lugar de comum acesso onde às crianças brincavam. Mas a partitura também tem influencia política, pois soam os sons das lutas apreendida pela resistência de permanecer nas favelas e garantia de direitos, pela forma como os favelados socializam entre si e com o território. As favelas cariocas foram constituindo seus sons e escrevendo sua partitura, onde o som é cada vez mais Agudo. Agudos esses que representam e marcam as histórias das favelas, por uma qualidade de vida capaz de garantir a reprodução da vida. Um estrondoso som que por incrível que pareça traz leitura de um cotidiano de lutas e resistências, insistentemente abafadas pelas ferramentas da classe dominante.

Num passado recente, a partitura musical de predominância aguda que trazem incômodos se constitui também da experimentação do som produzido pelas crianças brincando na rua, pela conversa entre vizinhos, pelos conflitos entre grupos armados locais, pelos conflitos entre policiais e traficantes, pelo som das festas, do churrasco na porta nos fins de semana, pelas feiras, pelo som ensurdecido das caixas do baile seja ele do funk, forró, pagode, axé ou eletrônico, dos carros particulares, do som do vizinho, pelos louvores das igrejas evangélicas e procissão da igreja católica, pelas famílias que festejam e que brigam, pelos diversos grupos juvenis e até pelos momentos de eleições. O agudo aqui se reporta a dor e a alegria de um cotidiano complexo.

Mas o agudo também foi tendo outras dimensões que não estava prevista tais como: a ostentação e exposição de mercadorias antes e exclusivamente de uso da classe média. Ou seja, se o vizinho A tem um som potente este o coloca em exposição para que os outros vizinhos o veja e experimente mesmo uns não querendo. Lembrando essa forma de socializar pequenos feudos (feudos sonoros), o que não era característico da favela, os feudos. Por outro lado pela forma com que o Estado se insere nelas. A favela se organizou e resistiu e vem

resistindo até onde pode a todas as formas de controle e coerção do Estado e das alas conservadoras.

Fato é que em alguns momentos a partitura sonora da favela ganhou “novas” fontes sonoras, com a ajuda dos intelectuais, artistas e dos partidos políticos. Porém, esses sujeitos parecem não ter conseguido continuar lendo a partitura da favela. Não só por isso, mas por outros fatores como é a complexidade de entender as novas formas de exploração do capitalismo. Mas de certo uma continua como Almeida:

Vivemos numa sociedade capitalista, cujo modo de produção tem origem na exploração violenta de camponeses e artesões, e é fundamentada na exploração do trabalho pelo capital, revestida quase sempre na base legal. Ou seja, é um sistema que para existir, é baseado na violência, mesmo que hoje conte com as formas mais refinadas (embora as 'tradicionais' e truculentas ainda estejam em uso). A luta de classe surge como uma resposta necessária a esse processo, no qual a violência pode ser também um instrumento contra a exploração e a favor da liberdade social. A 'paz' no capitalismo nada mais seria do que a continuidade da exploração pacífica dos trabalhadores (2011, p. 71).

A favela se consolidou como o ruído da Cidade, não por acaso que boa parte dos intelectuais as chamou de “cancros sociais”⁷ e alguns partidos “ignoraram” durante anos as favelas como espaços de luta e resistência, como se os seus moradores não fizesse parte das frações da classe trabalhadora. Como se a favela, para as alas progressistas ou conservadoras não produzisse som, mas sim ruídos. As favelas para esses sujeitos representam o ruído dos sons produzidos na cidade, ou seja, a dissonância diante da consonância civilizadora que se almeja historicamente construir.

Às vezes, a dissonância é chamada de ruído; e para os ouvidos tímidos até pode ser isso. Porém, a consonância e dissonância são termos relativos e subjetivos. Uma dissonância numa época, geração e/ou indivíduo pode ser consonância em outra época, geração e/ou indivíduo. A dissonância mais antiga na história da música foi a Terça maior (dó-mi). A última consonância na história da música foi a Terça Maior (dó-mi). Ruído é qualquer som que interfere. É o destruidor do que queremos ouvir (SCHEFER, 1991, p. 69).

Isto é, nas cidades as pessoas são levadas a um som padrão. Legitimando como som um determinado comportamento, uma forma de moradia, de socialização e tudo que varia ao modelo dominante de cidade e de indivíduos mesmo sendo seu reflexo “negativo e positivo”, não é som e sim ruído.

Cada bairro seja ele destinado à moradia ou ao trabalho produz uma partitura, um som. Os dormitórios, por exemplo, tem uma partitura grave, pouca densidade e intensidade curta.

⁷ “Cancros Sociais” foi o termo que seis universidades do Rio de Janeiro cunharam para denominar as favelas em 1967. Entendendo por Cancros Sociais “o espaço que serve de abrigo de contraventores e criminosos.”(Leitão, Gerônimo, 2009,p42 Apud. PERLMAN,1979,p.125). Saber mais ver: “Dos Barracos de Madeira aos Prédios de Quitinete: Uma análise dos processos de produção de moradia da favela da Rocinha, aos longo de cinquenta anos.” de Gerônimo Leitão.

Mas a altura, densidade e intensidade do som variam, porém eles têm um tempo cronológico de voltar a sua partitura padrão. Ou seja, em um bairro tido “padrão” os moradores podem fechar a rua e fazerem sua festa, desde que a terminem às 22h e detenham a permissão do Estado. Em outros bairros como o das Zonas Sul do Rio de Janeiro, seja em dias de festa, seja em momentos de protesto a partitura parece ser a mesma. Grave de curta duração e de fraca vibração. Vide as camisas brancas que eles vestem e as velas que eles colocam nas janelas para protestar, nesse caso contra a violência. Isto é, os grupos dominantes precisam do silêncio, pois ele é uma caixa de possibilidades (SCHEFER,1991:71) e com ele que criam e recriam as formas desiguais ao qual estão submetidos bilhões de seres humano. Na favela o silêncio tem outro uso. Ele anuncia tensão, ou seja, que os grupos criminosos rivais estão se enfrentando, ou que estão enfrentando a polícia. O silêncio é a pista de que o “clima” na favela não está bom e que algo de errado aconteceu ou está acontecendo. O silêncio é a possibilidade de poder dizer o que não se pode dizer abertamente. E ele só é apreendido a quem possui os hábitos do lugar (Bourdieu ,1983).

Acreditamos que o uso do som por estes sujeitos foi uma das formas mais fantásticas e inteligentes de dizer que não está tudo bem, que algo mudou o cotidiano. Onde não precisa dizer abertamente o que de fato está acontecendo, basta regular o som ou mudar a partitura. E essa forma faz comunicação entre si e com outras pessoas que não moram na favela, mas de certa forma está inserido neste espaço. Se o agudo indica que está tudo bem. O grave traz a leitura de que as coisas vão mal na favela e que não dá para parar as coisas em função de ações “isoladas⁸”. O que fica é que precisamos entender a forma como a favela tenta expressar a dor e alegria, (da celebração de uma vida a tristeza de uma morte). Se os outros bairros da cidade não se constituem por notas agudas e só as utiliza quando algo está saindo do normal, como por exemplo, as manifestações e passeatas no centro da cidade, na favela são exatamente ao contrario.

Precisamos nos abrir para o que aparentemente se constitui diferente, para entender que a favela é a cidade, porém ela materializa as formas mais desiguais e desumanas de produção de riqueza. Cada instituição que a constitui tem papeis diferenciados, pois temos as

⁸ As ações nunca são isoladas, elas estão dentro de um contexto de produção da vida muito mais complexo. Mas o que estou querendo dizer, é que se acontece um tiroteio, seja de manhã ou de noite em uma comunidade e este tiroteio não cruza a linha imaginária da outra comunidade. As pessoas da outra comunidade que não foi afetada continuam sua vida, assim como a comunidade que viveu o tiroteio age esperando ele passar para retomarem a rua, o trabalho, as compras, as festa. Isso só muda, quando o clima está muito pesado, quando o silêncio adentra a favela. Vale resaltar é que os corpos desses moradores constituíram uma linha de proteção para lidar com a violência, mas isso não significa dizer que essas pessoas se acostumaram com a violência. O fato é que elas tem pouca ou nenhuma autonomia para reverter a situação de violência a que estão submetidos.

que tentam os tornar surdos, mas também tem aquelas que entendem como potencia como lugar da invenção, da criação da arte e de sua estética, que se abrem para que a favela e os sujeitos tenham seu direito garantido. Pois como diria Fonterrado:

Abra-te! Abra-te, ouvido para os sons do mundo, abra-te ouvido, para os sons existentes, desaparecidos, imaginados, pensados, sonhados, fruídos! Abra-te para os sons originais, da criação do mundo, do início de todas as eras... Para os sons dos rituais, para os sons míticos, místicos, mágicos. Encantados... Para os sons de hoje e de amanhã. Para os sons da terra, do ar e da água... para os sons cósmicos, microcósmicos, macrocósmicos... Mas abra-te também para os sons de aqui e de agora, para os sons do cotidiano, da cidade, dos campos, das máquinas, dos animais, do corpo, da voz... Abra-te, ouvido, para os sons da vida... (1991, p. 10).

Ou seja, a favela é um *Ephtah!* (abra-te!). Abra-te para ouvir o Complexo de Favelas da Maré.

Um disco em construção chamado favela da maré

Desde Março de 2014 a favela da Maré está vivendo o processo de pacificação, pelas Forças Armadas. A Maré tem uma importância geográfica no cenário carioca, pois está próxima às principais linhas de acesso à cidade do Rio de Janeiro, como as Linhas, Vermelha e Amarela, e a Avenida Brasil. Hoje, com 129.770 mil habitantes distribuídos em 15 comunidades ao longo da Avenida Brasil, onde 37.131 são jovens, segundo os dados do Censo IBGE 2010.

Em minha monografia de final de curso⁹, fiz um estudo sobre o território e o perfil dos jovens da Maré, utilizando a mesma fonte nele foi possível constatar que a favela da Maré tem:

cerca de 90% das ruas são asfaltadas, porém a população sofre com problema de infraestrutura urbana no que tange a rede de saneamento básico e esgoto. Uma população advinda do êxodo rural do início do século XX, predominantemente do norte e nordeste do país e de algumas cidades do sudeste como Minas Gerais, que ao longo dos anos conquistou vinte e seis escolas públicas sendo duas de ensino médio, oito postos de saúde e uma Unidade de Pronto Atendimento (UPA), um Batalhão de Polícia e dois Postos Comunitários de Polícias, um na Vila do João e outro no Parque União. Uma sede da rede de coleta de lixo, um posto da CEDAE e um equipamento de cultura, a Lona Cultura Herbert Vianna (SANTOS, 2013, p. 119).

Na sequencia, capturei o perfil da população jovem de 15 a 29 anos onde constatei que 50,7% dos jovens são pardos. Em relação ao gênero, a Maré estava bem perto dos indicadores da cidade, onde 49,5% eram homens e 50,5% eram mulheres quando os indicadores da cidade eram de 49,6% de homens e 50,4% de mulheres. Os dados sobre responsáveis por domicílio

⁹ **Detalhes capturados:** um esforço de mapear a favela da Maré tendo a juventude como ferramenta. Monografia (Licenciatura em Pedagogia)- Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Faculdade de Formação de Professores. Julho de 2013.

apontou que dos 41.750 domicílios existentes na Maré, a juventude era responsável por 8.806 onde a predominância de responsabilidade era dos homens. As taxas de jovens alfabetizados eram de 98,5%, bem próximas das taxas da cidade, porém, ao separar por idade e por bairros selecionados de maneira a permitir comparações por contraste, notei que em bairros onde residem os ricos ou a classe média, como no bairros da Gávea, por exemplo, as juventudes entre as idades de 15 e 25 anos chegavam a 100% de alfabetizados.

Quanto à renda os dados revelaram as desigualdades, ou seja, enquanto um jovem 15 a 17 anos em idade escolar, na Maré, tinha uma renda média nominal de R\$ 428,11, os jovens do Flamengo tinham o dobro e na Gávea o triplo. Ao verificar a renda de jovens que estavam inseridos no mundo do trabalho, entre 25 e 29 anos, enquanto um jovem da favela ganhava R\$ 741,25, os jovens do Flamengo ganhavam R\$ 3.139,82 e da Gávea, R\$ 2.944,01.

Apresentamos esses dados só para que o leitor possa conhecer a Maré, mas aqui nos interessa saber, também, que sons continuam ou não sendo produzido após a estadia do exército na Maré, já que apontamos antes o som produzido por ela antes da ocupação. No dia 24 de Março de 2014, após ataques da Unidade de policia pacificadora do Alemão o Governador Sergio Cabral anunciou que na Maré seria instalada a Garantia da Lei e da Ordem (GLO), ou seja, as forças os militares assumiriam a segurança pública da favela. Mas até então nenhum morador acreditava, até porque a Maré vem sendo ameaçada desde 2009. No entanto a ameaça ganhou concretude, e no dia 30 de Março de 2014, as forças de segurança adentraram a Maré.

Na noite de sábado dia 29 de Março para o dia 30 era como se nada fosse acontecer. As pessoas estavam na rua, bebendo, brincando, conversando, escutando música. Tinha pagode, tinha samba, tinha som alto. Ou seja, eram os agudos (alta frequência), com intensidade forte e de longa duração, característico da Favela. Até que na madrugada do dia 30, entre as 5h e 6h da manhã o Exército entra com seus blindados e “toma” a favela e por volta das 7h o batalhão de Operações Especiais, estende sua bandeira na comunidade da Vila do Pinheiro, perto de uma das divisas entre duas comunidades, a Vila Pinheiro e o Conjunto Bento Ribeiro Dantas. Nesse dia o som mudou.

Era por volta das 11h da manhã que fui dar um “passeio” pelas comunidades. Quando cheguei à Vila do Pinheiro estava estendida a bandeira do BOPE. Em seguida vê-se a cena clássica de toda a pacificação, os Garis tirando os lixos da rua, limpando o corredor esportivo que fica no Conjunto Pinheiro, área onde o Exército montaria sua barricada. Mais adiante, os policiais paravam as pessoas de moto e carro, mas não era a todas as pessoas que pediam

documento. Nessa hora, escutei um policial falar para um motoqueiro: “Coloca o capacete! Essa porra é para ficar na cabeça!” Mais adiante, na Nova Maré, mais soldados e em minha direção vinha uma carreta de carros de polícia, que não era do batalhão da Maré. Lembro-me que os fuzis não estavam para fora, que os carros estavam fechados e com o ar-condicionado ligado. Quando cheguei à antiga instituição que trabalhei tinha um grupo de lideranças locais e de fora fazendo uma reunião para saber os próximos passos, o que fazer para garantir direitos? Sai da reunião e fui dar mais uma volta. Fui ao Conjunto Esperança, a Vila do João, no Conjunto Pinheiro, no Parque União, na Rubens Vaz e retomei a Nova Holanda. As pessoas estavam timidamente na rua, o som produzido era grave (baixa frequência) com intensidade fraca e de longa duração. No entanto, esse som ficou o tempo suficiente para que as pessoas pudessem entender os novos códigos. Na primeira semana quase ninguém ousava andar sem capacete ou com o documento do carro atrasado. Não teve baile-funk no fim de semana, as pessoas estavam se acostumando com o novo integrante da partitura da favela.

Hoje, faz sete meses que o Exército se instalou na Maré, para garantir ao conjunto de moradores segurança, mas o que temos presenciado é uma constante violação de direitos, pois volta e meia ouve-se dizer que o rapaz do Exército bateu num jovem morador, jogou spray de pimenta em outros, deu tiro de borracha em outros. Pegou um usuário de drogas e deu pancada. O Exército e os meninos do tráfico de drogas “brincam” de gato e rato pelas várias bocas de fumo das comunidades. Essa “brincadeira” foi intensa nos dois primeiros meses, mas depois pararam de “brincar”.

Considerações finais

Se hoje perguntarmos a um morador se algo mudou, a resposta será variada. Alguns vão dizer que não que se sentem mais violados e chama esse processo de farsa, pois a presença do Exército na Maré, não impediu que houvesse confronto com os grupos criminosos armados e o Exército, nem tão pouco inibiu completamente o confronto entre os grupos criminosos armados. Outros vão dizer que mudou que não veem gente mais armada. Mas elas existem, são das forças “legais”, os militares. O que o morador tenta dizer é que a ostentação de armas pesadas pelos grupos criminosos armados diminuiu consideravelmente e que só alguns deles portam armas de baixo calibre. E que apesar da presença do exército não ter inibido completamente os confrontos eles diminuíram consideravelmente, da mesma forma, que a presença do exército não foi capaz de trazer direitos. A título de exemplo a demanda por escolas na Maré só se realizará em 2015, com previsão de funcionamento para 2016, via projeto Fábrica de Escola.

É sabido que a tomada do território pelas forças de Segurança do Estado tem uma função na cidade. Mas essas funções são variadas, a mais falada entre nós é o processo de gentrificação que vem expulsando os pobres da Zona Sul para áreas de menos valor na cidade. Mas existem outras. E ainda não conseguimos desvendar a da Maré. Mas este trabalho não se propôs a responder essa questão. Este trabalho não tem a pretensão de dar respostas, nem de revelar verdades, nos propomos a verificar aqui se o som havia mudado na Favela da Maré. E constatamos que não! Pois os agudos continuam sendo produzidos pelos sons das crianças brincando na rua, pelo som dos vizinhos, das festas, do baile funk, ele indica que está tudo bem. E o grave traz a leitura de que as coisas vão mal na favela. E o silêncio dá o sinal de perigo e não de paz.

Referências:

ABREU, Maurício de A. *Evolução Urbana do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: IPP, 2008.

ALMEIDA, Gersom Rozinentino: *A Cidade pacificada: modernização, controle e hegemonia* In _____ *Território e Ação: sentidos da apropriação urbana*. Editora. Lamparina, 2010.

BOURDIEU, Pierre. *Efeitos do Lugar*. In: _____. *A Miséria do Mundo*. Rio de Janeiro: Marco Zero, 1983.

CAMPOS, Andreilino. *Do Quilombo a Favela – a produção do “Espaço Criminalizado” no Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Editora Bertrand Brasil, 2007.

FARAGE, Eblin Joseph. *Um olhar sobre a escola pública na favela - a inserção do assistente social*. Dissertação de mestrado apresentada do Programa de Pós Graduação em Serviço Social da Escola de Serviço Social da UFRJ. Rio de Janeiro, 2006.

_____. *Estado, território e cotidiano no complexo de favelas da maré*. Tese de doutorado. Programa de Pós Graduação da Faculdade de Serviço Social, da UERJ. Rio de Janeiro, 2012.

LEITÃO, Gerônimo. *Dos Barracos de Madeira aos Prédios de Quitinete: Uma análise dos processos de produção de moradia da favela da Rocinha, ao longo de cinquenta anos*. Niterói: EdUFF, 2009.

MED, Bohumi. *Teoria da música*. Editora: Musimed, 1996

SCHAFER, Murray. *O ouvido Pensante*. Editora Universidade Estadual Paulista, 2001.

SILVA, Eliana Sousa. *O contexto das praticas policiais nas favelas da Maré: a busca de novos caminhos a partir de seus protagonistas*. Tese de doutorado. Programa de Pós Graduação em Serviço Social da PUC-RJ. Rio de Janeiro, 2009.

SILVA, Jailson de Souza e BARBOSA, Jorge Luiz. *Favela: Alegria e dor na cidade*. Rio de Janeiro: Editora Senac Rio, X Brasil, 2005.

VALLADARES, Licia do Prado. A invenção da favela – do mito de origem a favela.com. Rio de Janeiro: FGV, 2005.

VALLA, Vicente Vitor. Educação e favela. Rio de Janeiro: Editora Vozes Limitada, 1986.

ZALUAR, A. e ALVITO, M. Um século de favela. 2ª ed. Rio de Janeiro: editora FGV, 1999.